

ENSAIO

ACERVOS DOCUMENTAIS DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFPE : da colônia à atualidade¹

319

Estudos Universitários

Antonio Torres Montenegro²
Vera Lúcia Costa Acioli³

Resumo

O presente artigo tem o propósito de apresentar aos leitores os acervos de arquivos públicos ou privados, originais ou microfilmados, nacionais ou estrangeiros, sob a guarda do Departamento de História da UFPE e dar ênfase às pessoas responsáveis pela criação desses acervos. Constituem-se de documentos que permitem reconstituir episódios de nossa história, elucidar pontos controversos ou, ainda, revisar idéias e conceitos em torno dos homens e dos fatos presentes na historiografia do Brasil desde o período da colônia até a atualidade.

Palavras-chaves: Acervos, documentos históricos.

Abstract

This article aims to introduce the readers to the collections of archives, public or private, original or microfilmed, national or

¹ Este texto estava programado para ser publicado no volume 27 da Estudos Universitários. Por uma inexplicável razão, mas que acontece, a comissão de redação não se deu conta de que o mesmo havia ficado fora do Sumário. Fato somente percebido quando a revista estava sendo impressa. Após a devida comunicação deste lapso aos autores, como não podia deixar de ser, ficou acertado que o mesmo seria publicado no número subsequente, ou seja, neste volume.

² Atual gestor do arquivo do TRT6/UFPE, coordenador executivo do Projeto "Memória e História - Processos do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco - 6ª Região - Preservação, Divulgação e Produção de Artigos e Livros", junto a FACEPE.

³ Coordenadora técnica do arquivo do TRT6/UFPE e do trabalho dos bolsistas.

international, in the custody of the Department of History of UFPE. This work also emphasizes the persons who created these collections that is composed of documents that allow us to reconstruct episodes of our history, elucidate the divergent points of view and, also, review concepts and ideas about men and actual events in the Brazil's historiography since the colonial times until today.

Keywords: Collections, historical documents.

Em uma época tão voltada para a informática e a internet, os historiadores buscam preservar a Memória Nacional, através da salvaguarda de documentos integrantes de acervos de arquivos públicos, privados, notariais e religiosos, que o passado nos legou e que permitem reconstituir episódios de nossa história, elucidar pontos controversos ou, ainda, revisar idéias e conceitos em torno dos homens e dos fatos presentes na historiografia do Brasil desde o período da colônia até a atualidade.

O século XX, a partir de sua segunda metade, caracterizou-se por uma ampla transformação para o Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco. Até então, os pesquisadores ressentiam-se da insuficiência de manuscritos do período colonial, porque os acervos existentes⁴ só ofereciam uma documentação substancial a partir da segunda metade do século XVIII e, mesmo assim, esparsa, sem encadeamento cronológico e de quantidade pouco significativa, de modo que não permitia uma visão conjunta da época. Poucos freqüentavam arquivos, e um número ainda menor escrevia sobre tal período.

LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA – LAPEH

Quando a pesquisa historiográfica é o norte do assunto que se pretende ressaltar, não se pode deixar de mencionar aquele que, no âmbito da nossa Universidade, inscreve-se como um dos seus mais insígnies fundadores e, no âmbito da História, é seu pioneiro.

4 Arquivo Público Jordão Emerenciano, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e Arquivo da Câmara Municipal do Recife.

ro, formando o primeiro núcleo de pesquisa histórica no Nordeste: José Antônio Gonçalves de Mello. A ele coube a missão, delegada pelo reitor Joaquim Amazonas, da antiga Universidade do Recife, de realizar pesquisas na Europa (1951-1952)⁵, que se complementou numa segunda missão, realizada entre os anos de 1957-1958, microfilmando a documentação existente em arquivos de Portugal, Espanha e Holanda, e reunindo, usando suas palavras, ratificadas por José Honório Rodrigues, "o maior volume de documentação já trazido para o Brasil",⁶ acervo que passou a ser um incentivo à investigação científica no setor da pesquisa histórica.

Consciente da necessidade de seu tempo, Gonçalves de Mello inaugurou um momento de profundo significado no processo de desenvolvimento da pesquisa histórica em Pernambuco, com a criação do Instituto de Ciências do Homem, do qual foi o primeiro diretor, que deu origem ao hoje Centro de Filosofia e Ciências Humanas da atual Universidade Federal de Pernambuco. Ação que se completou com a composição do acervo inicial de manuscritos microfilmados e de cópias aquareladas de mapas de arquivos europeus, que ainda hoje se encontram sob a guarda do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH).

Com essas iniciativas, deu uma nova dimensão ao curso de graduação em História da antiga Faculdade de Filosofia, criando os primeiros cursos de pós-graduação nesta área do conhecimento e introduzindo a Paleografia como disciplina obrigatória no currículo do Curso de História, o que possibilitou a leitura correta de textos, alguns então publicados, a exemplo das *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*⁷, de consulta obrigatória para os pesquisadores de Pernambuco.

5 Quando da realização de pesquisa, causou-lhe particular interesse ver registrado em ata da Câmara Municipal do Recife, datada de 31 de outubro de 1952, o convite que o reitor da então Faculdade do Recife fazia aos vereadores para a recepção ao professor Gonçalves de Mello na sua chegada de missão à Europa, onde permanecera por dois anos, especialmente no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, onde se encontrava o maior acervo do Brasil Colonial. Registrava-se, também, uma exposição da coleção de mapas já reunidos.

6 AGIOL, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colonial: um guia para leitura de documentos manuscritos*, 2ª edição. Recife: Massangana, 2003. Prefácio.

7 MELLO, José Antônio Gonçalves de. *El ALBUQUERQUE, Ceuvin Xavier de. Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.



Laboratório de Pesquisa e Ensino de História - LAPEH, que funciona no lado norte do 11º andar do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas) - UFPE.



Cópia aquarelada de mapa do Arquivo de Armas e Engenharia do Arquivo de Lisboa, parte da Coleção do LAPEH.

Outros acervos àquele se juntaram. Na década de 1980, graças à iniciativa de uma segunda geração de historiadores⁹, no intuito de localizar e preservar a documentação de interesse histórico em arquivos municipais, cartoriais e religiosos da Zona da Mata e do Agreste de Pernambuco, realizaram viagens a 33 municípios, contando com o apoio do então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Desembargador Benildes Ribeiro, que lhes cedeu autorização para recolherem todos os documentos originais e/ou microfilmados que os cartórios quisessem lhes entregar para guarda. Essa iniciativa facilitou o deslocamento de pesquisadores aos municípios visitados para estafantes pesquisas exploratórias e gerou um acervo original de inventários de Caruaru, com substancial documentação sobre escravidão negra em Pernambuco.



Microfilmes de documentos cedidos por diversos cartórios de municípios do interior de Pernambuco doados ao Departamento de História da UFPE e sob a guarda do LAPEH.

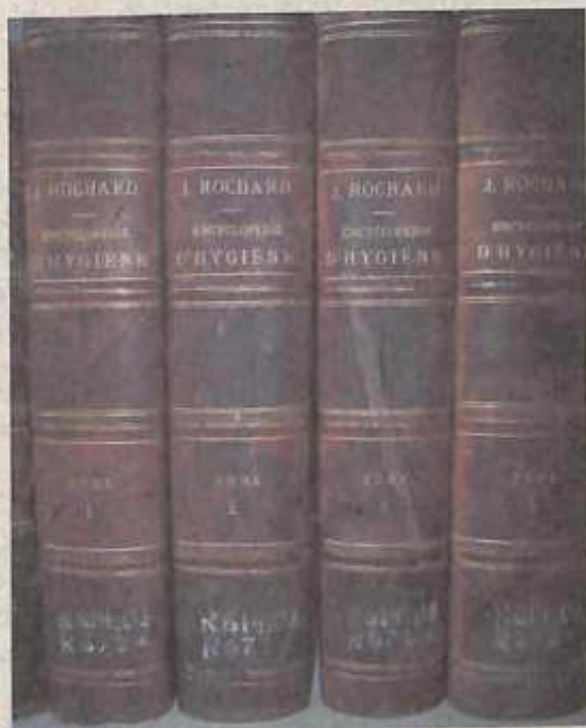
⁹ Verá Lúcia Costa Acioli, coordenadora por 28 anos do laboratório de pesquisa, Cleonir da Grãcia e Costa e o chefe do Departamento Raulquinio Matinho, que acolheu nossa ideia.



Inventários originais de cartórios de municípios do interior de Pernambuco doados ao Departamento de História da UFPE.

Também merece destaque o acervo das antigas teses da Faculdade de Medicina de Pernambuco, trabalhos do antigo doutorado, relacionadas em publicação intitulada "Memórias da Medicina – catálogo de teses de medicina do Brasil (1841-1948)"⁹. Esse acervo foi iniciado pelos professores Carlos Alberto Miranda e Christine Rufino Dabat e é composto, ainda, por obras complementares, tais como dicionários de medicina e higiene, obras científicas de origens diversas e jornais científicos brasileiros da época, evidenciando a perspectiva interdisciplinar para a abordagem de vários temas como psiquiatria, epidemiologia, família, higiene, farmacologia e nutrição, que interessam conjuntamente a áreas tão diversas como a História, Medicina, Antropologia, Enfermagem, Psicologia, Geografia e Direito.

9 MIRANDA, Carlos Alberto Cunha e DABAT, Christine Rufino. (Org.) Memórias da Medicina – catálogo de teses de medicina do Brasil (1841-1948). Recife, Editora UFPE, 2000.



Livros que compõem a biblioteca do acervo de medicina do Departamento de História da UFPE, também sob a guarda do LAPEH.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E DA IMAGEM¹⁰

Ainda na década de 1980, o Departamento de História se constituiu em uma das referências pioneiras no trabalho com as fontes orais ao criar o setor de documentação oral. Os projetos iniciais desenvolvidos estiveram voltados para realização de entrevistas com moradores do bairro de Casa Amarela. Este projeto resultou na efetivação de mais de cem entrevistas, algumas depois publicadas na íntegra no livro "Casa Amarela: Memórias, Lutas, Sonhos" e numa Cartilha muito utilizada nas escolas públicas e comunitárias do bairro, ainda no final da década de 1980. Outro projeto também desenvolvido nesse mesmo período, no bairro do Recife, em parceria com a Prefeitura do Recife, resultou na publicação de um livro de entrevistas com mulheres e homens que viviam e trabalhavam no bairro¹¹.

¹⁰ O Laboratório funciona no 11º andar do CCH - UFPE - Pós-graduação em História.

¹¹ MONTENEGRO, Antônio Torres; SALES, Ivandro da C.; COIMBRA, Sílvia R. Bairro do Recife: porto de muitas histórias. Recife: Gráfica Recife, 1989.

Em razão das pesquisas então desenvolvidas no campo da historiografia, utilizando-se os relatos orais de memória como mais uma fonte documental, é que de certa forma surgiria o convite para desenvolver o projeto de memória da Escola de Engenharia de Pernambuco, como parte das comemorações do centenário daquela instituição. Assim é que, sob nossa coordenação e do Prof. Dr. Antonio Jorge Siqueira, foram realizadas vinte entrevistas com professores/engenheiros aposentados. Essas entrevistas foram publicadas integralmente no livro "Engenheiros do Tempo".

Em 1995, tem início um novo projeto para registro da memória de funcionários técnicos e pesquisadores do Instituto Aggeu Magalhães. Este projeto, originado de uma parceria com a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, resultou na realização de dezoito entrevistas que foram posteriormente publicadas na íntegra no livro "Memórias Revisitadas: O Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens".

No início de 2000, em razão das pesquisas documentais no Arquivo Público Estadual, sobretudo com a documentação do DOPS, foi apresentado ao CNPq um projeto para entrevistar padres que vieram de outros países para atuar no Brasil e em especial no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960. A vinda desses padres, em princípio convocados pela encíclica *Fidei Donum*, lançada por Pio XII e depois reafirmada e ampliada por João XXIII, é reveladora de uma política mundial da Igreja Católica contra o comunismo, o espiritismo e o protestantismo. Entretanto, ao descobrir na documentação do DOPS que muitos desses padres passam a ser perseguidos como comunistas, decidi fazer um projeto de história oral, para registrar suas histórias de vida. Esse trabalho de pesquisa resultou em diversos artigos, em que os relatos orais de memória se constituíram em mais uma fonte documental.

Em 2004, a professora e pesquisadora Dra. Isabel Guillen iniciou um projeto para entrevistar os Maracatuzeiros(as) de Pernambuco. Este projeto a levou a dois outros grandes projetos. O primeiro foi o do Mercado de São José, desenvolvido por uma

equipe de professores e alunos da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Universidade Federal de Pernambuco, com patrocínio do Edital IPHAN/2007. O projeto "Mercado de São José: memória e história" produziu uma documentação da história e da memória do Mercado, entendido como lugar em que há uma intensa circulação de bens culturais, objetos e pessoas, que fazem deste um lugar de trocas materiais e simbólicas. Nesse sentido, o projeto ajudou a preservar e valorizar a memória daqueles que nele circulam, tanto dos vendedores quanto daqueles que o frequentam há muitos anos. No site do projeto¹² é possível obter mais informações e acessar as entrevistas.

O segundo projeto, desenvolvido a partir de 2008, foi o "Ritmo, Cores e Gestos da negritude pernambucana", com financiamento do FUNCULTURA. Este projeto teve como foco a memória e a história dos movimentos negros em Pernambuco, bem como as relações construídas por seus militantes com diversas manifestações culturais nas décadas de 1970 a 1990. O propósito foi ouvir lideranças, masculinas e femininas, dos movimentos negros e movimentos culturais de negros e negras em Pernambuco, levantar documentação sobre suas histórias e colocar em circulação outro olhar sobre a cultura que se fez – e faz – na grande Recife, o viver e as lutas sociais travadas nesses anos. Trata-se de um período significativo de intensas lutas sociais e da consolidação de uma identidade, de um modo de ser negro, consubstanciado, sobretudo, na denúncia da existência do racismo e da ideologia da democracia racial. Mais informações acerca desse projeto e acesso às entrevistas por meio do site¹³.

Em 2010, o Setor de Documentação Oral ampliou seus objetivos enquanto acervo documental e de pesquisa e passou a se denominar Laboratório de História Oral e da Imagem. Também neste ano, o Departamento de História da UFPE foi escolhido, juntamente com os Departamentos de História da UFRJ e da UFRGS para desenvolver um grande projeto de História Oral, atendendo a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. As atividades

12 <http://www.pgh.ufpe.br/mercadodesaojose/apresentacao/apresentacao.php>

13 http://negritudepernambucana.blogspot.com/2010_04_01_archive.html

realizadas pela Comissão possibilitaram um contato mais direto com um grande número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas, assim como de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta de homens e mulheres perseguidos pelo regime militar que se instalou em 1964. Neste contexto, surge o projeto "Marcas da Memória", que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivos, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos com aqueles que viveram um passado sombrio ou que a seu estudo se dedicaram. É fundado nesses princípios que atualmente se desenvolve o projeto de história oral que contempla entrevistas com perseguidos políticos baseada em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. A equipe do Departamento de História da UFPE ficou responsável pela realização de 45 entrevistas com pessoas que vivenciaram histórias atreladas à resistência nos períodos de ditadura e contemplados pela Lei n.º 10.559/2002. Estas entrevistas estão sendo gravadas, filmadas e transcritas e serão disponibilizadas aos pesquisadores e à sociedade de maneira geral, tanto no Memorial da Anistia como no Laboratório de História Oral e da Imagem.

AMPLIAÇÃO DO ACERVO DO LAPEH - "PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO"

No século XXI, foram ampliadas as investigações e foram digitalizados todos os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes não só à Capitania de Pernambuco, mas a todas as capitanias do Brasil, com resultados notáveis, ampliando as contribuições já conseguidas e enriquecendo a potencialidade científica de nossos acervos.

A missão intitulou-se "Projeto Resgate Barão do Rio Branco",¹⁴ fruto de acordo bilateral entre os governos português e brasilei-

¹⁴ O projeto teve como coordenadora executiva a Profa. Esther Caldas Bertóletti e como coordenadora de Pernambuco a Profa. Maria do Socorro Ferraz Barbosa. Veja-se BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *P. 25615, Virginia Maria Almeida de, Pontes Repatriadas: anotações de História Colonial - Referências para pesquisa - Índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco*. Recife: Editora UFPE, 2006.

ro, e teve como objetivo principal recuperar a memória escrita dos espaços recortados do território brasileiro como Capitâneas, que na atualidade comportam alguns dos Estados da República Federativa do Brasil.

Em muitos de seus aspectos – o social, o econômico, o político, o religioso, o artístico e tantos outros –, essa reconstituição ficava incompleta sem a participação do opulento documentário manuscrito das caixas avulsas do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, reproduzidos em microfilmes e transpostos em CD-ROMs, referente à Capitania de Pernambuco, acumulado por mais de quatro séculos, acervo que enriquece a memória do nosso Estado. Além da produção epistolar e dos requerimentos dos colonos ao Rei, que passavam pelo crivo do Conselho Ultramarino, dos pareceres dos conselheiros resultavam os atos régios – decretos, leis, alvarás, representações, provisões, mandados – relacionados à administração dessa possessão do ultramar.

Na ocasião, Pernambuco reeditou o livro de Paleografia – A Escrita no Brasil Colônia –, trabalho pioneiro, no gênero, no Brasil. Pioneirismo que se efetivou com a publicação de seus três catálogos, acrescentado com um volume do índice Fontes Repatriadas.

ARQUIVO TRT6/UFPE – “PROJETO MEMÓRIA E HISTÓRIA”

No entanto, a renovação historiográfica tem possibilitado uma nova compreensão dos sujeitos históricos, não mais entendidos apenas por aqueles que ocuparam papel de destaque nos grupos privilegiados, política ou economicamente, em alguns momentos da história do Brasil. Também nessa nova concepção de História que tem norteado a sua escrita, os acontecimentos, para terem o status de fato histórico, só precisam ter efetivamente ocorrido, e o tempo, a principal categoria do conhecimento histórico, desloca-se do passado para o presente.

Sabe-se que são os poderes constituídos que, no ato de constituir, organizar e tornar disponíveis acervos documentais, determinam os critérios, escolhendo o que deve permanecer e o

que será descartado, e estas são as primeiras e mais importantes ações no sentido de criar uma memória social, de criar as condições de possibilidade de uma escrita historiográfica.

Sabido é também que esses poderes quase sempre estiveram ao alcance somente dos grupos dominantes socialmente. Por conseguinte, seus interesses, pontos de vista, percepções das coisas, é que tenderam a se instituir como legítimos e legitimadores dos atos da vida em sociedade.

Assim, no que concerne à realidade vivida pelos grupos sociais subalternos, principalmente aqueles situados nos espaços rurais brasileiros, todo um mundo de ações deve ser empreendido para que se possa cogitar a superação desse estado de coisas. Até mesmo aqueles momentos (e movimentos) mais ricos – do ponto de vista das lutas sociais –, até mesmo esses se vêem vítimas de tal restrição documental de base, como é bem o caso das lutas e tensões sociais verificadas no meio rural pernambucano dos anos 1950/60.

No início desse novo milênio, um grupo de pesquisadores do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco descobriu que uma grande quantidade de processos trabalhistas iria ser doada como papel velho para o Hospital do Câncer. A consciência do perigo do descarte de uma memória importante da nossa história social, política, cultural e econômica gerou imediatamente uma mobilização e um movimento de resistência contra esse descarte.



Acervo do TRT6-UFPE, Projeto Memória e História, que funciona no lado sul do 4º andar do CFCH na UFPE.

Uma negociação foi iniciada entre a Comissão de Documentação do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região e professores do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, no intuito de preservar integralmente esse precioso acervo documental. Foi então assinado um convênio entre o TRT e a UFPE em 2004, e em 2006 começaram a ser entregues a esta Universidade coleções de processos trabalhistas. Foi designada como gestora da documentação a pós-graduação do Departamento de História.

Na contramão dessa tendência que cristaliza o já dado, o já sabido, é que se coloca o material – processos trabalhistas – resultante da atuação do Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região. Criado em 1941, inicialmente na forma de Conselho Regional do Trabalho, a esse Tribunal esteve adstrito, entre outros, todos os dissídios ocorridos na conflituosa zona canavieira pernambucana. Também as disputas entre trabalhadores e patrões nos engenhos de açúcar, nas usinas, nas fábricas têxteis e nos mais diferentes locais de trabalho se tornam conhecidos por meio desses processos.

Para o historiador, como também para pesquisadores de diversas áreas, a pesquisa dessa documentação possibilita recuperar um cotidiano de embates sociais e jurídicos que, em grande parte, é apenas do conhecimento particular das partes e do mundo do Judiciário. Dessa forma, a pesquisa e os artigos e livros que estão sendo escritos possibilitam que a sociedade conheça e também passe a construir seu próprio ponto de vista sobre os avanços, os recuos, as vitórias e as derrotas das lutas trabalhistas em Pernambuco.

Nesse quadro de redefinição da memória trabalhista, de revisitar, questionar e interrogar o que não ficou claro, um aspecto da modernidade concorre para a eficiência dos meios de comunicação virtual, flexibilizando fronteiras e integrando a informação, divulgando-a em escala global. Através do site do TRT (www.memoriaehistoria.trt6.jus.br), a sociedade toma ciência da existência de um rico acervo documental para a produção de um saber historiográfico assentado em novas bases e que poderá apresentar novos caminhos sobre o conhecimento que se tem da história recente da luta pela Reforma Agrária no país.

Trabalhadores do campo, especialmente os da Zona Rural de Pernambuco, na luta por direitos junto à Justiça do Trabalho, trazem à luz uma memória para a qual buscam reconhecimento e, sem perceber, conquistam espaço na historiografia nacional, disposta à reflexão e atualização dos discursos sobre o passado clássico, reparando o silêncio e a invisibilidade que marcaram a vida desses cidadãos, promovendo, em tempo, sua integração na história da nação. Esses herdeiros da escravidão colonial reivindicam, através de suas reclamações, o reconhecimento pelos danos sofridos e alguma forma de reparação material de seus direitos violados. Violação expressa em formas de estigma e discriminação social, que deve ser denunciada e combatida.

André Rebouças, companheiro de Joaquim Nabuco e insigne colaborador intelectual para o ideário da abolição da escravidão no Brasil, na sua visão progressista contrapôs-se a todos os tipos de escravização, não somente a negra, lutando, ainda, contra a reescravização do imigrante pelos donos da terra. Foi um dos poucos abolicionistas que anteviu as implicações mais profundas da eliminação da mão-de-obra escrava.

A escravidão não está no nome e sim no fato de usufruir do trabalho de miseráveis sem pagar salário ou pagando apenas o estriço necessário para não morrer de fome [...] Aviltar e minimizar o salário é reescravizar.¹⁵

É preciso deixar claro que, ao termos nosso olhar sobre a realidade contemporânea do trabalhador rural no Brasil, com as suas similitudes com as agruras da escravidão que aqui vigorou por mais de três séculos, não perdemos de vista o processo histórico que moldou essa realidade, suas continuidades, rupturas e avanços. Perdurou como herança da organização escravocrata o rebaixamento geral dos espíritos e dos costumes, a partir da situação que a escravidão criara: a ausência absoluta do sentido de si e da sua dignidade de homens; a aniquilação da ideia de família, que o escravo não podia formar; o conseqüente desapego dos filhos que, por exigência de seus proprietários, só lhes pertenciam

15 Diário de André Rebouças, 17 de julho de 1888. FUNDAJ – Documentos inéditos.

enquanto não podiam dispensar os cuidados maternos; nenhuma preocupação de futuro, nenhuma aspiração moral.

Um processo gestado na Junta de Conciliação e Justiça de Jaboaão, objeto de reclamação contra o dono do Engenho Ana Vaz, nos remete a essa truculência de comportamento dos novos "donos da terra e do homem", parafraseando André Rebouças, diante desse outro sujeito histórico que ganhou voz e, através de seus agentes, ganhou atuação, colocando-os em pé de igualdade nos bancos de audiência e ouvindo a decisão de juizes.

Vejamos um caso no qual o trabalhador pedira como objeto da reclamação aviso prévio, 13º salário, férias e 14º salário.

José Rodrigues da Silva, brasileiro, analfabeto, rurícola, casado, residente no Engenho Ana Vaz, localizado em Vitória de Santo Antão, reclama, assistido pelo Sindicato dos Trabalhadores de Vitória de Santo Antão e pelo Dr. Cícero José Martins da Silva, contra o proprietário do referido engenho. Na inicial, expõe-se a ocorrência de um conflito entre as partes, pois, estando o reclamado em estado de embriaguez resultou em agressão verbal e física imposta ao trabalhador. "Que o reclamante fosse procurar a justiça" foi uma das agressões verbais proferidas, entre outras, pelo proprietário,

que fosse reclamar na Justiça do Trabalho de Jaboaão, no IV Exército e no Sindicato, que ele tinha três cacetes lá no seu bureau, batizados como: 'direitos, tempo de serviço, indenização'.¹⁶

Sentiu-se o rurícola, portanto, demitido, sem condições de voltar ao serviço. O reclamante afirma, na reclamatória inicial, que começou sua lida desde 1960 e que percebia remuneração menor que o salário mínimo regional, "que ele trabalha em média de dois dias para concluir uma tarefa" e descreveu assim os fatos:

(...) se encontrava executando sua tarefa à margem da estrada do engenho, quando foi agredido pelo proprietário do mesmo, o Sr. Dr. Antonio E. de A. Beltrão, o qual parou o seu automóvel empunhando um rifle, agrediu o reclamante bá-

tendo no braço direito e na perna, em seguida tomou o chapéu do mesmo proferindo palavras ofensivas a moral em voz alta, sendo algumas impronunciáveis, afirmando que se o reclamante continuasse ali no engenho, o mataria.¹⁷

Em narrativa de contestação, o reclamado postula como inverdades o proferido pelo reclamante e que ele, proprietário, não pagava valores inferiores ao salário mínimo, pois,

todos aqueles que trabalham à base de produção, numa tarefa normal, faz cem cubos e, quando a terra é mais difícil, a tarefa é de sessenta cubos e todos os seus trabalhadores têm oportunidade de tirar as citadas tarefas.¹⁸

O processo findou com a conciliação, pagando o reclamado ao reclamante a quantia de Cr\$ 37.800,00 divididos em cinco parcelas.

Quem tiver o interesse de consultar a diversificada documentação do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco – do período da Colônia à contemporaneidade – vai constatar permanências quanto à situação de angústia e adversidade na qual foram mergulhados homens, mulheres e crianças, trabalhadores do campo, especialmente no Nordeste do Brasil, e cujo problema social emerge como ponto para análise e construção de uma possível e necessária superação.

Esses documentos, materialidade da identidade de um povo, já vêm sendo, muito acertadamente, reconhecidos e utilizados por profissionais de áreas como História, Sociologia, Política e Direito. Através deles, as instituições se reconhecem e a sociedade constrói a idéia de pertencimento, um dos requisitos de herança cultural e de construção da cidadania. Da reflexão, do estudo e até da simples consulta aos processos trabalhistas observam-se a amplitude e a tragicidade das injustiças sociais engravadas em muitas das queixas apresentadas, relativas ao trabalhador rural, à mulher ou à criança e ao adolescente. Trata-se de documentos

17. *Ibidem*

18. *Ibidem*

que não têm mais valia para a Administração, mas é matéria de interesse público, na medida em que contribuem para a compreensão de nossa formação, enquanto povo, enquanto nação.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. A Escrita no Brasil Colônia: um guia pra leitura de documentos manuscritos 2ª ed. Recife: Editora Massangana, 2003.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. ACIOLI, Vera Lúcia Costa & ASSIS, Virgínia Almoedo de. Fontes Repatriadas: anotações de História Colonial, referências para pesquisa, índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

Diários de André Rebouças, 17 de julho de 1888. FUNDAJ – Documentos inéditos.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins; GRILLO, Maria Angela de Faria (Orgs.). Cultura, cidadania e violência. Recife: Ed. UFPE, 2009.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. & ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. Cartas De Duarte Coelho a El Rei. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha e DABAT, Christine Rufino (Org.). Memórias da Medicina – catálogo de teses de medicina do Brasil (1841-1948). Recife: Editora UFPE, 2000.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SALES, Ivandro da C. & COIMBRA, Sílvia R. Bairro do Recife: porto de muitas histórias. Recife: Gráfica Recife, 1989.

MONTENEGRO, Antônio T. e SIQUEIRA, Jorge (Orgs.). Engenheiros do Tempo: memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

MONTENEGRO, Antonio T. e Fernandes, Tânia (Orgs.). Memórias revisitadas: o Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens. Rio de Janeiro: Editora Flocruz, 1999.

